

# Classificação de documentos de arquivo: o “assunto” como elemento norteador dos instrumentos do início do século XX e suas influências em abordagens contemporâneas

*Records classification: the subject as guiding element of tools from the early XX century and its influence on contemporary approaches*

**Paulo José Viana de Alencar (1), Clarissa Schmidt (2)**

(1) (2) Universidade Federal Fluminense - UFF, Rua Tiradentes 148, Ingá - Niterói - RJ - Brasil - CEP: 24210-510

(1) E-mail: alencarpauloj@outlook.com (2) E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

## Resumo

Pesquisa exploratória que, através de revisão de literatura, apresenta uma reflexão acerca da metodologia para classificação de documentos de arquivo baseada em assuntos presente em instrumentos do começo do século XX de órgãos públicos dos Estados Unidos e México, bem como expõe as bases históricas de parte do desenvolvimento e influências dessa metodologia no Brasil. Considera a importância de estudos sobre a história da Arquivologia e situa esta relevância dentro de uma abordagem internacional e comparativa para fins identitários e práticos da profissão arquivística. Expõe conceitos iniciais para a classificação em arquivos, contrapondo autores relevantes no tema e o debate atual na literatura da área. Apresenta os instrumentos de classificação, seus objetivos, a discussão metodológica que os circunda e correlaciona à algumas questões suscitadas no debate atual sobre a temática, onde os resultados demonstraram a histórica percepção da necessidade de reformulação metodológica para a construção de instrumentos de classificação com vistas à identificação do contexto de produção dos documentos de arquivo.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Classificação de documentos de arquivo. Metodologias para classificação de documentos de arquivo. Instrumentos de classificação em arquivos.

## Abstract

An exploratory research that uses a literature review that provides a reflection about the subject-based records classification that it was used in tools of the early XX century in the public offices of United States and Mexico, and it exposes the historical basis of part of the development of this methodology in Brazil. It considers the importance of historical studies in Archival Science and it situates this relevance inside an international and comparative approach, which helps in the construction of the identity of the archival profession and in addition to this can help practical problems. Exposes initial concepts for archives classification, its objectives, the methodological discussion and relates this to some questions in the presently discussion about the matter, and the results demonstrate the historical perception of the need of a methodological reformulation for the development of classification tools that identify the context of production of the records.

**Keywords:** Archival Science. Records. Records classification. Methodologies of records classification

## 1 Introdução

A Arquivologia, enquanto ciência tem apresentado uma dinâmica percepção sobre sua relação (e de seu objeto) com a sociedade e com outros campos do conhecimento, entretanto, observou Craig (1992, p.113, tradução nossa), temos dedicado um “breve olhar para dentro, para nossa própria história e nossas próprias raízes”, isto é, não se têm pesquisado sobre a história das relações entre seu fazer e saber na mesma proporção.

Terry Cook também identificou a incipiência nesta seara de pesquisa e a situa: “na ponte entre teoria e prática, isto é, através do abismo entre os princípios guias, ideias e sua verdadeira implementação em instituições arquivísticas” (COOK, 1997, p. 19, tradução nossa).

Ainda de acordo com Craig (1992, p.118), o que motiva pesquisas acerca da história da Arquivologia em um cenário de inúmeros desafios sobre a “prática”, ou ainda sobre o “fazer”, são três matrizes, dentre as quais destacamos duas.

A primeira se justifica a partir da visualização de uma noção de contexto sobre os profissionais e seu objeto, assim, o exercício das funções arquivísticas se dá de forma mais fundamentada.

A segunda propõe, dado seu nascimento enquanto fazer e a persistência mais ou menos dicotômica entre profissionais “práticos” e “teóricos”, ainda de acordo com a autora, que uma história da Arquivologia aproximaria esses profissionais e seria basilar para uma identidade profissional única (CRAIG, 1992, p.118 tradução nossa).

No prisma prático, se a universidade é um dos lugares privilegiados de construção do pensamento arquivístico em termos científicos, limitar nossa capacidade de abstração sobre nossos objetos e práticas em um mesmo universo discursivo iria opor-se a tal estatuto (DEVRIESE, 2007, p.2). Nesse sentido, uma análise contextualizada dos mesmos através do tempo pode produzir uma percepção sistemática, não somente sobre problemas rotineiros do trabalho arquivístico, mas, sobretudo acerca dos entendimentos e delimitações conceituais na nossa área.

Já acerca da questão da identidade profissional, para além do reforço de uma imagem perante a sociedade, segundo a espanhola Antonia Heredia Herrera (2012) há, nesse contexto, o debate sobre a transformação de conceitos na Arquivologia ante a necessidade de compreender a produção, uso e gestão de documentos – GD, influenciados pelo instrumental da tecnologia da informação.

Ainda de acordo com a autora, é tempo de repensarmos sistematicamente a ciência dos arquivos, principalmente no que se refere ao uso e definições de nossos termos. Heredia Herrera (2012, p.1-4) identifica também uma larga expansão de termos em nossa teoria e prática que outrora já foram fundamentados, onde tal efeito pode ser harmonizado através de uma revisitação aos mesmos.

Uma forma de atuação face a tais problemáticas contemporâneas da Arquivologia é o estudo de caso comparativo através de bases históricas, que para Richard J. Cox (1988, p.141) investiga causas e padrões de sucessos e falhas na gestão de instituições e serviços arquivísticos.

Nesse sentido, uma abordagem que privilegia esta análise é a perspectiva internacional. Em uma discussão ao redor de qual seria a melhor formação profissional arquivística, isto é, em escolas de treinamento ou através do ensino universitário, Joseph Cuvellier (1912, p.301-302), no Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários realizado em Bruxelas em 1910, já sugeria a importância de uma abordagem internacional à problemática para indicar que a melhor maneira de construir a educação arquivística para cada país é a observação da formação profissional em outros países.

Posteriormente, no epicentro do surgimento da “Arquivística Integrada”, influenciada principalmente pelos canadenses Carol Couture, Jean-Yves Rousseau e Louise Gagnon-Arguin, o brasileiro Luís Carlos Lopes (1998, p. 45) identificou a inserção da Arquivologia na “Era da Informação” e se baseou em Marcel Lajeunesse para uma visão mais abrangente do internacionalismo como vital para o exercício dos “profissionais documentários”.

Nessa direção, Lopes (1998, p. 49) salienta que a Arquivologia produziu construções teóricas aplicáveis a todos os países, como o princípio de respeito aos fundos, entretanto, também coexistem aspectos conceituais com percepções adversas ao longo de diferentes realidades arquivísticas.

Nesta mesma linha de pensamento, pontuou o ex-presidente da *Society of American Archivists* (SAA), Thomas Hickerson (2001, p.9), que restringir nossas técnicas de tratamento dos documentos de arquivo entre fronteiras geográficas, e, mais do que isso, nossa preocupação e conhecimento relacionado aos conjuntos orgânicos nesse limites é prejudicial para uma visão mais ampla do nosso objeto de estudo, pois, o “mandato arquivístico” é internacional e todos os documentos de arquivo identificados como tal corroboram para a apreciação da complexidade no relacionamento entre documentos de arquivo, sociedades e organizações, tornando-se um antídoto para um possível viés nacionalista.

O arquivista holandês Ketelaar (1997, p.144-145) também analisa a situação e ressalta a importância desse ponto de vista destacando as diferenças culturais e terminológicas em uma abordagem internacional na pesquisa arquivística. Desse modo, para o autor é necessário que:

Antes que possamos decidir pela “uniformidade”, antes de podermos codificar teorias e princípios globais e antes de podermos proporcionar a construção e implementação universal de modelos aplicáveis nós temos que estudar as diferenças (KETELAAR, 1997, p.146-147 tradução nossa).

Ainda como pontua o arquivista holandês, o cenário para a Arquivologia é desafiador, e descrever cada “domínio local” do seu conhecimento antes de estipular modelos universais é um aspecto que deve constituir a pesquisa na área. O autor vislumbra como ferramenta para tal, uma análise comparativa através de “culturas, sociedades e também do passado” (KETELAAR, 1997, p.147 tradução nossa).

Tratando-se de classificação em arquivos, a proposta de Ketelaar sugere inúmeras possibilidades de pesquisa, como por exemplo, a compreensão da classificação de documentos de arquivo em diferentes países, quando esta não se baseava em princípios e metodologias constituintes da teorização arquivística, identificando os resultados esperados e alcançados por esses princípios e metodologias não arquivísticos.

Assim, este trabalho apresenta uma pesquisa exploratória, a partir de uma revisão de literatura, cujo objetivo principal é explicar o uso da metodologia de classificação por assuntos elaborada para os instrumentos de classificação de documentos nos seguintes órgãos públicos: o Department of State dos Estados Unidos, cujo recorte é relacionado aos assuntos internos do Brasil entre 1910 e 1929, e do

Departamento de Petróleo da Secretaria de Industria, Comercio e Trabajo no México, que data de 1922.

O recorte se justifica na medida em que é nos Estados Unidos que ocorre a criação, primeiramente para localizar livros nas estantes de bibliotecas e a posterior apropriação nos arquivos próximos aos seus respectivos produtores, da metodologia de classificação por assuntos com notação decimal proposta por Melvil Dewey. Logo em seguida, órgãos públicos do México também se utilizariam dessa adaptação. Assim, analisá-lo permite visualizar sua aplicação em um contexto de produção e uso de documentos diferentes dos EUA.

Para a consecução deste objetivo, foram nossos objetivos secundários: a) analisar conceitos iniciais de classificação para a Arquivologia; b) levantar o debate sobre este tema no presente; c) identificar a trajetória histórica da apropriação da metodologia de classificação por assuntos em documentos de arquivo e d) apontar as bases históricas do desenvolvimento dessa metodologia no Brasil.

## 2 Conceitos iniciais sobre a classificação na Arquivologia

De maneira a melhor contextualizarmos a discussão a ser promovida posteriormente, apresentaremos conceitos iniciais sobre a classificação na Arquivologia, além de princípios teórico-metodológicos que direcionam a classificação de arquivos e, com maior ênfase, a classificação de documentos de arquivo.

De maneira global, a ideia de classificação na Arquivologia é marcada pela formulação de seu principal fundamento teórico, o princípio da proveniência. Sua origem é incerta, porém de forma geral remonta a Europa entre os séculos XVIII e XIX (HEREDIA HERRERA, 1997, p.33). Todavia, sua qualidade essencial é conceber a ordem (em uma percepção abrangente do termo) do arquivo na medida em que são produzidos naturalmente a partir de uma instituição ou pessoa ao largo de um processo, determinando a sua condição orgânica (HEREDIA HERRERA, 1997, p.34).

Já Schellenberg (2006) identifica sua origem e aplicação na Alemanha no século XIX, onde as divisões do Arquivo do Estado foram formuladas através das unidades administrativas produtoras e houve um distanciamento do arranjo por assuntos, como fora praticado em outros momentos (SCHELLENBERG, 2006, p.46).

A classificação de Arquivos pode ser visualizada através de classes, categorias e tipos e é profundamente marcada pela configuração do ordenamento jurídico

dos países e das instituições produtoras de documentos de arquivo. As classes fundamentais se referem ao ramo do direito da instituição produtora do arquivo, isto é, podem ser públicos ou privados. Já a categoria é determinada pelo âmbito de atuação, pela jurisdição acerca do órgão produtor, podendo ser locais/municipais, provinciais, regionais, gerais ou nacionais. Finalmente, seu tipo é designado pela idade dos documentos no arquivo, isto é, são de gestão, intermediários ou históricos (HEREDIA HERRERA, 1997, p.101).

No período de formulação do princípio da proveniência (século XIX), o objeto de trabalho dos arquivistas, os documentos, encontravam-se limitados às massas documentais acumuladas nos arquivos públicos. Entretanto, a institucionalização da gestão de documentos na Administração Pública e sua aproximação junto à Arquivologia (a partir de 1945) demandaram uma distinção entre as operações realizadas em instituições arquivísticas e nos órgãos produtores. Desse modo, o arranjo ficou limitado aos documentos permanentes recolhidos às instituições arquivísticas e a classificação de documentos de arquivo aos documentos correntes, no órgão produtor.

A classificação de documentos de arquivo, a partir da tradição norte-americana influenciada fortemente por Schellenberg (2006, p.83-96), visualiza sua constituição através dos seguintes elementos: a) ação dos documentos; b) a estrutura que o produz e c) o assunto dos documentos.

Tais elementos compõem a base para as metodologias de classificação por assuntos, estrutural e funcional. São condicionantes para tais metodologias, respectivamente: não serem os objetos classificados documentos de arquivo de fato; estabilidade na estrutura administrativa e análise de funções do órgão produtor, sendo esta última metodologia a mais recomendada atualmente.

Para Heredia Herrera (1997, p.137-139), a classificação de documentos de arquivo começa em identificar se o objeto da classificação é simples (uma peça documental) ou composto (um processo). Isto se manifesta através de expedientes (processos sobre uma ação); registros (reunião de documentos sem relação para um determinado controle) e dossiês (reunião de documentos a partir de um tema). Sua maneira de transmissão ou suporte pode ser textual, gráficos, em imagem, audiovisuais ou legíveis por máquina.

Sob o ponto de vista da Diplomática, o documento público emana de autoridade pública imbuída legalmente para o exercício da atividade geradora de documentos, estes que em sua constituição possuem características internas e externas. São características internas a língua utilizada; o autor, destinatário, o formulário, cláusulas, o conteúdo ou mensagem; já as características externas dizem respeito a materialidade

do documento, o suporte, tipo de escrita, sinais especiais (selos, letras iniciais) entre outros elementos (HEREDIA HERRERA, 1997, p.134-135).

O uso do aporte metodológico da Diplomática aproxima o arquivista da noção de tipo documental, esta que é útil para a identificação das séries que compõem os fundos (HEREDIA HERRERA, 1997, p.136). Por tipo documental podemos definir como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2006, p.52), e, conseqüentemente, a delimitação do conceito de espécie é “configuração que adquire um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (BELLOTTO, 2006, p.52).”

Definidos espécie e tipo documental, ressaltamos que o produto do processo intelectual e *a posteriori* da produção dos documentos é o plano de classificação, isto é, “o instrumento no qual a mesma é processada” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.60).

### 2.1 Questões para a classificação de documentos de arquivo no presente

Atualmente, a discussão em torno da classificação ocupa um lugar privilegiado nas pesquisas e práticas arquivísticas, de acordo com autores como: Orr (2005); Foscarini (2009); Henttonen e Kettunen (2011); Mokhtar e Yusof (2015a, 2015b, 2016); Mokhtar *et al.* (2016); Caravaca (2017) e Guercio (2017).

A partir do diálogo com os autores supracitados, pretendemos apresentar um panorama geral do debate sobre a classificação de documentos de arquivo na Arquivologia, considerando os riscos do resumo de tais questões e, ainda que não seja uma análise total da literatura disponível, mas sim, um recorte sobre as principais questões sobre o assunto do ponto de vista destes autores.

Nosso objetivo aqui é principalmente identificar se a discussão histórica e metodológico-comparativa sobre esta função arquivística se demonstra útil, o que podemos projetar hoje a partir dessa ótica, e como benefício secundário propor a discussão sobre uma literatura pouco citada e discutida no Brasil.

O arquivista inglês Stuart Orr (2005, p.37-75) identifica a preferência na literatura científica, em entrevista aos profissionais atuantes na GD, pela classificação baseada em funções e na criação de modelos para tal, ainda que o método não construa “caixas” para os documentos (ORR, 2005, p.112). Afirmar também que ocorre uma dificuldade na elaboração de planos de classificação através da metodologia funcional (ORR, 2005, p.11). Por fim,

concorda com a proposta de Shepherd e Yeo; de uma “classificação virtual” baseada em metadados como uma alternativa (ORR, 2005, p.120-121).

Posteriormente, a arquivista italiana Fiorella Foscarini (2009) realizaria uma das pesquisas de maior impacto sobre a temática. A autora faz uma extensa revisão de literatura onde, destacando a sobreposição da contextualização propiciada através do vínculo arquivístico na classificação, explícita no plano de classificação, em contraposição a sua função de recuperação da informação (FOSCARINI, 2009, p.3). A conclusão de Foscarini (2009, p.281-282) é que as culturas organizacionais devem ser também de objeto de estudos para a criação de planos de classificação eficientes e inteligíveis.

Exatamente sob tal prisma, os finlandeses Henttonen e Kettunen (2011) direcionam suas pesquisas examinando como diferentes grupos hierárquicos em um órgão público da Finlândia lidam com o plano de classificação inserido em um *software* de gestão de documentos de arquivos digitais. De uma forma geral, a maior parte dos funcionários manejam poucas classes e tem pouca dificuldade com tal, o que demonstra a necessidade de uma divisão do trabalho rígida. Entretanto, o fato do *Electronic Records Management System* –ERMS não capturar as comunicações internas por e-mail, por exemplo, sugere que uma quantidade significativa de documentos de arquivo não são classificados, armazenados e avaliados corretamente (HENTTONEN; KETTUNEN, 2011, p.99-100).

Entre 2015 e 2016, pesquisadoras malaias da University Kebangsaan realizaram diversos estudos para compreender os conceitos e efeitos da classificação, bem como modelos e requisitos para a mesma, em um horizonte que privilegia a gestão de documentos na acepção segregacionista norte-americana do trabalho arquivístico; a realidade de produção de documentos de arquivo em meios digitais e as iniciativas de governo eletrônico (MOKHTAR; YUSOF, 2015a, 2015b, 2016); (MOKHTAR *et al.*, 2016).

Os três principais resultados obtidos nesses estudos consideram: a) uma proximidade nos conceitos de classificação entre Biblioteconomia, Ciência da Informação, Tecnologia da Informação e Arquivologia, os dois primeiros agindo principalmente sobre a recuperação da informação e os dois últimos agindo para a contextualização e garantia de autenticidade dos documentos de arquivo nos sistemas digitais. Nesse sentido, as autoras identificam a falta de um modelo holístico (MOKHTAR; YUSOF, 2015a, p.181).

Posteriormente: b) a transformação histórica da metodologia de classificação funcional do modelo função-atividade para função-atividade-ação, algo que reforça sua posição como método mais adequado para a classificação de documentos de arquivo; além de uma

percepção dos profissionais da área em relação a proximidade entre os conceitos de classificação entre a Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação (MOKHTAR; YUSOF, 2015b, p.407).

Plasmada na realidade digital: c) os modelos de classificação demonstram pouca clareza instrumental e um caráter demasiado conceitual que talvez justifique sua pouca ou inadequada aplicação ante sistemas de informação genéricos não modelados a partir dos requisitos arquivísticos para a GD (MOKHTAR; YUSOF, 2016, p.1273), sendo apresentada uma sugestão de modelo conceitual de classificação funcional para documentos eletrônicos (MOKHTAR; *et. al*, 2016).

A arquivista italiana Maria Mata Caravaca (2017), por sua vez, se dispõe a estudar elementos e relacionamentos contidos nos planos de classificação. Nessa direção, no contexto italiano é importante diferenciar o plano de classificação (*piano di classificazione*) que indica a função e a atividade geradora de documentos, do plano de arquivamento (*piano di fascicolazione*), que propõe o arquivamento (CARAVACA, 2017, p.19).

Já sobre os elementos dos planos de classificação, segundo a autora devem abordar: “competência, função, atividade/processo e ação” (CARAVACA, 2017, p.30 tradução nossa). É perceptível que o relacionamento entre competência e função não está pacificado na literatura sobre o tema; mesmo que a classificação funcional seja a mais recomendável ela ainda é de difícil compreensão por grande parte dos produtores de documentos, que acabam se utilizando de cabeçalhos de assunto, e, por fim, mesmo com o avanço das ferramentas de TI relacionadas à gestão de conteúdo utilizada pelas organizações, a classificação de documentos de arquivo continua necessária para prover contexto aos documentos, mesmo aqueles nato digitais (CARAVACA, 2017, p.30).

Ante um questionamento similar, a também arquivista italiana Maria Guercio (2017) estuda o papel da classificação de documentos de arquivo nos sistemas documentários digitais [1]. Identifica uma preferência, no debate entre os profissionais da área, sobre temáticas como: computação nas nuvens e *webarchiving*, e reforça que é errônea a perspectiva de que nesse cenário o aprofundamento teórico e aplicado não é necessário, e, nesse sentido, associa tal movimento a tardia consumação das normatizações internacionais sobre a GD e a gestão eletrônica de documentos (GUERCIO, 2017, p.5).

Todavia, comenta a autora, a larga tradição arquivística e de registro de seu país propiciou resultados positivos na integração da classificação nos sistemas documentários digitais, tanto no escopo legal, quanto aplicado (GUERCIO, 2017, p.12). Assim, defende

Guercio (2017, p.15), apesar dos “nós” teórico-metodológicos, de gestão que a Arquivologia apresenta, hoje não se pode perder de vista que são necessários esforços de pesquisa e organizacionais para a harmonização na constituição de sistemas que produzam e processem documentos de arquivo de maneira adequada.

Como a nossa breve análise sobre a atual literatura sobre classificação pode demonstrar, o papel desta função arquivística de maneira geral e os principais pontos de encontro dos autores foram: a) a classificação tem sido largamente projetada considerando o contexto digital de produção e armazenamento de documentos de arquivo digitais, o que reforça a dimensão aplicada da Arquivologia enquanto integrante do grupo de ciências sociais aplicadas e b) a metodologia funcional é amplamente aceita como mais adequada.

Sobre seu papel, permanece sendo destacado: o de contextualizar a produção documental, fazer explícito o vínculo arquivístico e a organicidade através do plano de classificação, além da recuperação da informação.

Todavia, a relevância de um ponto de vista sobre o outro é uma divergência significativa. Alguns enfatizam a predominância da contextualização em detrimento da recuperação da informação, como: Foscarini (2009); Henttonen e Kettunen (2011); Caravaca (2017) e Guercio (2017). Não enfatiza uma relevância de um sobre o outro diretamente: Orr (2005). Tendem a projetar a recuperação da informação em função da contextualização: Mokhtar e Yusof (2015a, 2015b, 2016); Mokhtar e outros (2016).

O desejo por um modelo holístico que integre as perspectivas é apontado por Mokhtar *et al.* (2016), e a cultura organizacional é levada em conta em todas as pesquisas, sendo que as nuances desta para a classificação são especialmente visíveis se considerarmos o contexto italiano (CARAVACA, 2017); (GUERCIO, 2017), finlandês (HENTTONEN; KETTUNEN, 2011) e malaio (MOKHTAR; YUSOF, 2015a, 2015b, 2016).

Dessa forma, entendemos que a resposta ao questionamento apresentado no final da seção introdutória é positivo, isto é, a análise de temáticas arquivísticas em uma abordagem internacional continua útil para validar a aplicabilidade de conceitos e metodologias. Além disso, demonstra a heterogeneidade de pontos de vista em nossa área.

Já a dimensão histórica é especialmente útil nesse momento se constatarmos que: a) ocorre, como vimos, uma tendência globalizante em busca de modelos universais e b) uma visão que sugere uma sobreposição do papel para recuperação da informação na classificação de documentos de arquivo.

Modelos universais, como nos indicaram Lopes (1997-1998) e Ketelaar (1997), pressupõem o conhecimento das diferenças. Assim, para a classificação de documentos de arquivo, a perspectiva internacional e histórico-comparativa é um recurso ilustrativo e referencial das características das práticas arquivísticas quando estas não estão circunscritas junto a um construto teórico, metodológico e conceitual próprio, nos servindo de base para aferições contemporâneas.

Dito isto, nos cabe agora contextualizar, de maneira geral, o uso da classificação decimal por assuntos em documentos de arquivo, para então entendermos o cenário em que se encontravam as instituições e a classificação de documentos de arquivo na época de produção dos instrumentos de classificação elaborados a partir do assunto do documento e não pelo seu contexto de produção, ou seja, pelas ações que os geram.

### 3 Difusão da classificação decimal por assuntos para documentos de arquivo

No momento do estabelecimento do governo dos Estados Unidos ao longo do século XVIII, adotou-se um sistema de registro nos órgãos integrantes da Administração Pública que não incluía a classificação dos documentos, entretanto, estabelecia de forma rudimentar o arquivamento da correspondência: a) recebida, b) expedida (que eram copiadas em um livro e posteriormente através de papel carbono) e c) uma categoria de miscelânea. A ordenação interna dessas grandes classes seguia a ordem alfabética. Tal sistema foi utilizado até o fim do século XIX (CHATFIELD, 1950, p.261).

A esta época, no âmbito das bibliotecas, Nathaniel B. Shurtleff publica em 1856 “*A Decimal System for the Arrangement and Administration of Libraries*”. Porém, apesar de usar a notação decimal antes de Melvil Dewey, estabelecia a numeração das estantes como parâmetro de organização. Tal ideia de localização fixa, contudo, não resolveu o problema de localização dos livros nas bibliotecas (DEUTRICH, 1965, p.199-200).

Melvil Dewey, mais tarde, trabalhando em tempo parcial na biblioteca do Amherst College visualizou este problema e propôs, em 1873, uma classificação do conhecimento humano em dez classes principais (DEUTRICH, 1965, p.200) que se subdividiriam sucessivamente em casas decimais. A proposta foi aceita e publicada em 1876 (DEUTRICH, 1965, p.201).

Ainda na seara da Biblioteconomia, um dos aspectos que favoreceu a difusão da metodologia foi a sua adoção pelo Instituto Bibliográfico Internacional. Já no campo dos arquivos, para a Administração Pública foi a criação do móvel de arquivo horizontal em 1892 que

estimulou a criação de sistemas de arquivamento (DEUTRICH, 1965, p.201). Todavia, a disseminação de adaptações do método de Dewey para a classificação de documentos de arquivo na Administração Pública americana foi largamente influenciada pela realidade privada.

Em 1898, o presidente da empresa férrea Baltimore and Ohio Railroad solicitou ao bibliotecário W.H. Williams o desenvolvimento de uma classificação para documentos desta organização (CHATFIELD, 1950, p.263), que foi publicada em 1902, baseada no método de Dewey. No ano seguinte, a empresa do ramo de energia elétrica, The General Electric Company, influenciada por adaptação semelhante do Departamento de Engenharia Mecânica da University of Illinois, publicou o “*Relative Index: An Extension of the Dewey System for the Electrical Industry*”, que relacionava assuntos sobre a produção de energia elétrica com a notação decimal. Posteriormente, em 1908, a empresa provedora de linhas telefônicas, Telephone and Telegraph Company solicitou ao bibliotecário William C. Bamburgh a produção de um esquema de classificação de documentos, o que originou a publicação “*Decimal Classification for Filing Telephone Correspondence*”, que largamente influenciou outras empresas do ramo a adotarem a metodologia (DEUTRICH, 1965, p.203).

Dado o relativo sucesso inicial de tal método nestas empresas, a *Commission on Economy and Efficiency* criada pelo presidente estadunidense William Howard Taft [2] realiza um estudo sobre em 1911, e recomenda a apropriação da classificação decimal por assuntos para a organização dos documentos nos escritórios por toda a Administração Pública daquele país (DEUTRICH, 1965, p.204), gerando diferentes reações entre os órgãos, já que muitos deles utilizavam métodos diversos (DEUTRICH, 1965, p.205-208).

Os objetivos desejados para a classificação dos documentos à época eram a construção de uma metodologia que permitisse o rompimento do requisito da localização física fixa e ao mesmo tempo fosse automaticamente recuperado e intuitivo (CHATFIELD, 1950), (DEUTRICH, 1965).

Por outro lado, na tradição dos arquivos públicos norte americanos à época, foram fatos de destaque: a) através de Arnald van Laer, arquivista holandês erradicado nos Estados Unidos, aplicou-se o respeito aos fundos no arranjo dos documentos custodiados pelo Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Estado de Nova York a partir de 1899; b) Arnald van Laer e Waldo Leland integraram uma comissão para investigação sobre as melhores formas de preservação dos documentos públicos na *American Historical Association* - AHA (BARRITT, 1993, p.47).

Contudo, como a criação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos só ocorreria em 1934 e até então

inexistia um órgão que centralizasse as discussões sobretemáticas arquivísticas, assim, ainda não era sistematicamente posto em pauta que os documentos criados nos órgãos públicos (*records*) comporiam os arquivos (*archives*). Ocorria ainda, a disputa no campo intelectual com a tradição dos curadores de manuscritos fortemente influenciada pela Biblioteconomia, que fez com que os avanços teóricos não se direcionassem sobre a classificação de documentos de arquivo no momento de sua produção (EVANS, 1966).

#### 4 Instrumentos de classificação baseados em assuntos

Analisaremos os instrumentos para a classificação de documentos de arquivo propostas por Luis Vargas Guzmán, arquivista-chefe da Seção de Arquivo Geral do Departamento de Petróleo da Secretaria de Industria, Comercio e Trabajo do México em seu *Manual de Carteonomía* (1922), que fez parte de um movimento de adoção da metodologia de classificação por assuntos com notação decimal que se iniciou junto a apropriação norte americana e durou até a década de 1960 (DÍAZ AROCHE, 1972, p.33). Destacamos algumas obras que também recomendam essa metodologia: 1) “*Archivos: clasificación decimal de los asuntos*” publicada pela *Secretaría de Gobernación* em 1919; 2) “*Manual de Organización de Archivos: como hay que proceder para formarlos en cada departamento administrativo; como, cuando se organicen, puede utilizarse la clasificación decimal*” por Ezequiel A. Chavez em 1920 (GROSSMAN, 1958, p.164); 3) “*Clasificación decimal oficinesca de los asuntos de la Secretaría*” por Francisco A. Flores em 1923 (DÍAZ AROCHE, 1972, p.33).

A escolha da obra de Vargas Guzmán se justifica na medida em que almeja o desenvolvimento não só de um instrumento de classificação para seu próprio órgão, como também para outros da administração pública do seu país, o que, conseqüentemente, nos permite obter conclusões mais abrangentes sobre a aplicação da metodologia neste país.

Observaremos criticamente também o instrumento desenvolvido pelo Department of State dos Estados Unidos no seu aspecto geral (DEPARTMENT OF STATE, 1912) e o recorte relacionado aos assuntos internos do Brasil no período que começa em 1910 e termina em 1929 por meio de uma publicação do National Archives and Records Service (1972) no período da gestão de James Rhoads, preparada por Ralph E. Russ, que reproduz alguns documentos daquele órgão junto com o plano de classificação.

A metodologia de classificação por assuntos e com notação decimal vigorou neste órgão até 1963 e incluía

classificação cruzada com o objetivo de recuperar fisicamente os documentos (NATIONAL..., 1972, p.2).

O instrumento deste órgão público estadunidense, por sua vez, se justifica pois foi um dos primeiros a compor uma adaptação da classificação decimal por assuntos a partir do critério geográfico (CHATFIELD, 1950, p.263). Seu plano de classificação era destinado para a correspondência e foi elaborado por seu Bureau of Indexes and Archives em 1910 e foi modificado algumas vezes durante seu período de vigência sem, entretanto, executar nenhuma transformação significativa do ponto de vista metodológico (DEPARTMENT..., 1912).

Vargas Guzmán (1922, p.18-26), em sua introdução, pontua aspectos gerais para contextualizar sua obra, dentre eles destacamos: a) a definição de *carteonomia* no sentido etimológico e conceitual como “[...] é a arte de arranjar, administrar e conservar os arquivos” (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.18); b) que uma boa organização do arquivo está associada à classificação dos documentos (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.20); c) a estrutura organizacional não é um parâmetro estável para classificação (1922, p.21); d) que mesmo inadequada a classificação é permanente (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.21); e) a melhor forma de testar a capacidade de um sistema de arquivamento é solicitando que pessoas sem conhecimento do órgão ou sua rotina localizem documentos por ele (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.23), e, por fim, conclui dizendo “O cérebro de toda atividade é o arquivo e por isso deve-se organizá-lo da melhor maneira possível” (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.26 tradução nossa).

Posteriormente o autor apresenta o funcionamento do plano de classificação criado, ressaltando a adaptação do método decimal por assuntos de Dewey. Nesse sentido, são as classes gerais:

0 – Assuntos gerais; 1- Assuntos administrativos; 2- Explorações; 3- Perfuração de poços; 4- Transporte de petróleo; 5-Armazenamento de petróleo; 6-Refinação de petróleo; 7-Obras complementares; 8-Estatística; 9- Publicações e assuntos de biblioteca (VARGAS GUZMÁN, 1922, p.28, tradução nossa).

Depois dessas dez classes iniciais, cada uma se desdobra em mais dez e assim sucessivamente. Utilizemos como exemplo a classe geral “0 – Assuntos gerais”:

**Tabela 1 - Assuntos gerais**

Código	Assunto
00	Generalidades
01	Direito, legislação e jurisprudência
02	Solicitações
03	Consultas, queixas e reclamações
04	Traduções, estudos técnicos e informes
05	Desenhos, planos, cartas, fotografias
06	Qualificação de franquias
07	Congressos de petroleiros
08	Dados geológicos, químicos, geográficos e históricos
09	Cadastro

Fonte: Vargas Guzmán (1922,

p. 2, tradução nossa)

Outro exemplo da especificação a partir das classes

**Tabela 2 - Faturas e listas de correspondência**

Código	Assunto
000	Generalidades
001	Faturas e listas de correspondência
0001.1	Recebidas
0001.2	Despachados
0001.3	Fatura para o correio
0001.4	Cadernos de entrega

Fonte: Vargas Guzmán (1922, p. 32 tradução nossa). acima é o que segue:

Já o instrumento de classificação elaborado pelo Department of State tem como classes principais:

0- Geral; 1- Administração, Governo dos Estados Unidos; 2- Extradição; 3- Proteção dos interesses; 4- Reivindicações; 5- Congressos e Conferências internacionais. Tratados internacionais; 6- Comércio, relações comerciais; 7- Relações políticas dos Estados; 8- Assuntos internos dos Estados (DEPARTMENT..., 1912, p.III tradução nossa.)

Normalmente as classes mais específicas são apresentadas com o código correspondente a especificidade com asterisco (\*) para indicar uma divisão geográfica ou cruz (+) para indicar um assunto ainda mais específico que, todavia, permanece pertence à classe abrangente que o abriga. O plano ainda faz remissivas para outros códigos que indicam assuntos “semelhantes” (DEPARTMENT..., 1912, p.30)

A expansão da última classe sobre os assuntos internos relativos ao Brasil indica também o ano e mês de vigência das classes.

**Tabela 3 - Assuntos militares e o Exército**

Código	Assuntos
832.20/0-49	Defesa do Rio de Janeiro e Bahia por redes antissubmarino e artilharia costeira, 1917; instrução do Exército por oficiais militares estrangeiros; 1910-1912 e 1919; Preparação militar e fortalecimento do Exército, 1922; Redução das forças militares, 1921; Tropas do estado da Bahia, 1925; Polícia militar do Rio Grande do Norte e Ceará; Missões militares, 1928.

Fonte: National... (1972, p.7, tradução nossa.)

A projeção da metodologia de classificação por assuntos com notação decimal no Brasil é perceptível pelas traduções e produções sobre, como demonstra a bibliografia sobre a Administração Pública na América Latina organizada por Grossman (1958), que compreendeu as diversas dimensões do serviço público a partir das principais publicações dos países do recorte geográfico.

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1938-1986) por Getúlio Vargas buscava eficiência administrativa dos procedimentos nas repartições públicas e dedicou alguns esforços para a classificação dos documentos. Fortemente influenciada pela difusão do método norte-americano, Maria Lourdes da Costa, chefe da Seção de Comunicação cujas atividades eram “receber, registrar, distribuir, numerar, expedir e guardar a correspondência oficial e papéis relativos às atividades do DASP” (SANTOS, 2018, p.131), visualizou “necessidade urgente da elaboração definitiva de um Código de Classificação Decimal para o arquivamento dos documentos do DASP” (SANTOS, 2018, p.132).

Através de um dos seus veículos de informação oficial, a *Revista do Serviço Público*, o DASP continuamente veiculou artigos sobre a temática, potencializando a difusão da classificação decimal por assuntos nos órgãos públicos brasileiros. Marcílio Vaz Torres, por exemplo, publicou uma série de artigos intitulados “Apontamentos de Arquivística” desde 1953. Posteriormente Torres (1959, p.138) defenderia o uso de “métodos dos *files*” que definiu como “alfabético-numérico que não segue a regra geral, pois não depende do planejamento de um alfabeto fechado”, cuja definição distingue os documentos produzidos nos escritórios daqueles considerados históricos (TORRES, 1959, p.138).

A expansão da metodologia nos órgãos produtores de documentos de arquivo públicos foi constatada também por Schellenberg em sua visita ao Brasil em 1960 (2015, p.298).

Todavia, tal metodologia tem seu marco mais significativo no Brasil no momento de sua institucionalização pelo Conselho Nacional de Arquivos na elaboração de seu instrumento de classificação relativo às atividades-meio da Administração Pública, em vigor desde 1996 e sem mudanças metodológicas desde então.

## 5 Conclusão

Como comentaram os críticos de Vargas Guzmán (1922, p.7-17) no prólogo da obra que sintetiza seu instrumento de classificação, este faz uma apropriação de um sistema de notações não idealizado para arquivos e a constituição das classes por assunto, ainda que exista uma tentativa de diferenciar “assuntos” dos “acontecimentos em relação aos assuntos”, ocorre inconsistência do ponto de vista teórico-conceitual.

O instrumento do arquivista mexicano criou grupos de “generalidades” que tendem a ser usados quando se desconhece uma classe mais adequada para o documento a ser classificado, mais do que isso, considerando todos os níveis classificáveis, com cada grande classe com sua própria classe de “generalidades” existe a possibilidade de serem acumulados, no mínimo, dez tipos diferentes de miscelâneas que impedem os documentos nela classificados de relacionarem-se entre si e até mesmo de serem recuperados para fins informacionais.

Na mesma direção vai o instrumento do Department of State, que já nas classes mais abrangentes apresentou redundâncias, e, nas classes mais específicas concebemos a ideia de que os assuntos foram aglutinados em classes na medida em que surgiam, tornando ainda mais complexa sua notação e a idealização de um pressuposto conceitual para a manutenção.

A incongruência, na verdade, origina-se, sobretudo de um possível desconhecimento à época, da dimensão teórica do documento de arquivo e o arquivo em si, como prova e testemunho da ação jurídico-administrativa. Assim, esta compreensão equivocada (ou inexistente), torna plausível a apropriação de um modelo globalizante.

O produto da combinação de um sistema notacional limitado e equivocadamente fundamentado não demorou a ser percebido, como comenta o teórico de Administração Pública, Earl Latham (1943, p.106 tradução nossa) sobre a necessidade de buscar-se documentos sobre as mudanças administrativas ocorridas na I Guerra Mundial, que, entretanto “[...] eram incompletos, não cobriam os problemas correntes, relatavam fatos históricos inadequadamente ou foram impropriamente classificados”.

Posteriormente, começa a ser inserida no debate arquivístico a relevância da perspectiva funcional para a classificação enquanto corolário de aplicação do princípio da proveniência. No âmbito da tradição dos arquivos públicos, Edward Campbell (1941, p.431-432) comenta que o arranjo dos documentos de arquivo, de acordo com suas respectivas unidades produtoras, embora teoricamente adequado, demandaria um trabalho de pesquisa que talvez dificultasse o acesso ao conjunto orgânico. Nesse sentido, “para cada função haverá um ou mais tipos de documentos e todos tipos de documentos irão ter sido usados na execução de uma ou mais funções” (CAMPBELL, 1941, p. 439, tradução nossa). Já Helen L. Chatfield (1940), arquivista do Treasury Department, parte de uma abordagem semelhante e identifica a estrutura organizacional como instrumento de performance das funções específicas do produtor de documentos (CHATFIELD, 1940, p.99). O redirecionamento teórico fundamentado na função depois de alguns anos faria muitos órgãos públicos nos EUA produzirem novos instrumentos de classificação (DEUTRICH, 1965, p.218-219).

Transpassando as questões que a literatura sobre classificação na contemporaneidade debate, a constituição de uma perspectiva histórica, internacional e comparativa é, de maneira geral, um recurso elucidativo do desenvolvimento teórico da Arquivologia, porém, mais do que isso, sob uma ótica mais específica demonstrou a pertinência da sobreposição do papel demarcador de contextos, da manutenção do vínculo arquivístico, da organicidade e da proveniência que o plano de classificação sintetiza.

Priorizar a recuperação do conteúdo dos documentos de arquivo, como vimos, é colocar seu valor informativo acima da natureza do documento de arquivo, que demanda a percepção do seu contexto de produção. Ainda que os benefícios de um modelo holístico que integre ambos sejam evidentes, o estudo das diferenças conceituais entre esses papéis atribuídos à classificação, inclusive através da história, para conhecer o produto das metodologias de abordagem ao nosso objeto científico, pode refletir na sistematização de nossos entendimentos e na dilatação da capacidade de aplicação destes.

Se aproximarmos essa reflexão em abordagens contemporâneas da classificação de documentos de arquivo, por exemplo, no caso brasileiro, percebemos que institucionalizar uma metodologia inadequada significa: 1) de uma maneira geral ignorar a construção histórico-epistemológica do saber arquivístico, e; 2) especificamente compromete de maneira estrutural, isto é, desde a produção até a avaliação, a transparência ativa dos atos e o acesso às informações contidas nos documentos públicos.

## Notas

[1] Tradução nossa. A palavra na língua original é *sistemi documentari digitali*.

[2] Muito embora seja necessária uma análise mais aprofundada sobre as aproximações e distanciamentos, a formulação de comissões feitas com o intuito de repensar a forma de criação e arquivamento de documentos na Administração Pública não era exclusividade dos EUA na época, como nos lembra Casanova (1928, p.135-136) sobre um processo semelhante ocorrido na Itália.

## REFERÊNCIAS

- BARRITT, Marjorie Rabe. Coming to America: dutch archivists and american archival practice. **Archival Issues**, New York, v. 18, n. 1, p. 43-54, 1993.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: São Paulo, 1996.
- CAMPBELL, Edward G. Functional classification of archival material. **The Library Quarterly**, EUA, v. 11, n. 4, p. 431-441, oct., 1941.
- CARAVACA, Maria Mata. Elements and relationships within a records classification scheme. **JLIS.it**, Itália, v. 8, n. 2, p. 18-33, may. 2017.
- CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Bottega, 1928.
- CHATFIELD, Helen L. The development of record systems. **The American Archivist**, EUA, v.13, n.3, p.259-267, July, 1950.
- \_\_\_\_\_. The problem of records from the standpoint of management. **The American Archivist**, EUA, v. 3, n. 2, p. 93-101, apr. 1940.
- COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, [on line], v. 43, p.17-63, Spring, 1997.
- COX, Richard J. On the Value of Archival History in the United States. **Libraries & Culture**, [on line], v. 23, n. 2, p.135-151, Spring, 1988.
- CRAIG, Barbara L. Outward visions, inward glance: archives history and professional identity. **Archival Issues**, [on line], v. 17, n. 2, p. 113-124, 1992.
- DEUTRICH, Mabel. Decimal filing: Its General background and an account of its rise and fall in the U.S. War Department. **The American Archivist**, EUA, v. 28, n. 2, p. 199-218, apr. 1965.
- DEPARTMENT OF STATE. **Classification of correspondence: 1910**. Washington. Government Printing Office, 1912.
- DEVRIESE, Didier. Pour une archivistique scientifique: relire Muller, Feith et Fruin. **COMMA**, [on line], v. 1/2, p. 1-11, 2007.
- DÍAZ AROCHE, Carlos. Bibliografía sobre Archivonomía. **Bibliotecas y archivos**, E. N. B. A., n. 3, p. 13-46, 1972.
- EVANS, Frank B. Modern Methods of Arrangement of Archives in the United States. **The American Archivist**, EUA, v. 29, n. 2, p. 241-263, apr. 1966.
- FOSCARINI, Fiorella. **Functional-based classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks**. 2009. 349 f. Thesis (Doctor Of Philosophy) – Library, Archival and Information Studies Course, University Of British Columbia, Vancouver, 2009.
- GROSSMAN, Jorge (org.). **Bibliography on public administration in Latin America**. Washington D.C.: Department of Cultural Affair, 1958.
- GUERCIO, Maria. La classificazione nell'organizzazione dei sistemi documentari digitali: criticità e nuove prospettive. **JLIS. it**, Itália, v. 8, n. 2, p. 4-17, may. 2017.
- HENTTONEN, Pekka; KETTUNEN, Kimmo. Functional classification of records and organisational structure. **Records Management Journal**, [on line], v. 21, n. 2, p. 86-103, 2011.
- HEREDIA HERERRA, Antonia. **Archivistica general. Teoria y practica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.
- \_\_\_\_\_. La Archivistica a debate. **Boletín de la ANABAD**, Espanha, v. 57, n. 1, p.1-15, ene./mar. 2012.
- HICKERSON, Thomas. Ten challenges for the archival profession. **The American Archivist**, EUA, v. 64, Spring/Summer, p. 6-16, 2001.
- KETELAAR, Eric. The difference best postponed? Cultures and comparative archival Science. **Archivaria**, [on line], v. 44, p.142-148, 1997.

LOPES, Luís Carlos. Vers une archivistique internationale à l'ère de l'information. *Archives*, [on line], v. 29, n. 2, p. 45-64, 1998.

MOKHTAR, Umi Asma; YUSOF, Zawiyah M. Classification: The understudied concept. *International Journal Information Management*, [on line], v. 35, p. 176-182, 2015a.

\_\_\_\_\_. The requirement for developing functional records classification. *Journal Information Management*, [on line], v. 35, p. 403-407, 2015b.

\_\_\_\_\_. Records management practice: The issues and models for classification. *Journal Information Management*, [on line], v.36, p. 1265–1273, 2016.

MOKHTAR, Umi Asma *et. al.* Development of function-based classification model for electronic records. *Journal Information Management*, [on line], v. 36, p., 2016.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS SERVICE. *Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil 1910-1929*. Washington: NARS, 1972.

ORR, S.A. *Functional-based classification of records: is it functional?* 2005. 170 f. Thesis (Master)

– Master of Science in Records Management Course, Northumbria University, Newcastle, 2005.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 121-146, 2018.

SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: teoria e prática*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, jul.-dez., p. 287-300, 2015.

TORRES, Marcílio Vaz. Apontamentos de Arquivística. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 84, n. 2, p. 138-144, ago, 1959.

VARGAS GUZMÁN, Luis. *Manual de cartecconomía. Sistema para archivar basado en el mecanismo del sistema decimal bibliográfico de Melvil Dewey*. Contiene, como modelo principal, la Tabla metódica de clasificación decimal usada en el Departamento de Petróleo y las de otras oficinas, para poder hacer una comparación razonada de estas tablas que servirán de guía en la formación de nuevos cuadros clasificadores, adaptables a cualquier archivo. Cidade do México: Talleres Gráficos de la Nación, 1922.